



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, DO OUTRO LADO O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA (Processo Administrativo nº 8511008-40.2017.8.06.0000).

CT N.º 02/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Dra. Ângela Márcia Fernandes Araújo, conforme Portaria nº 842/2017, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 16/05/2017, e o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.341.423/0001-14, com sede e endereço nesta Capital, na Avenida Borges de Melo, nº 60, Aerolândia, neste ato representado pelo seu Superintendente do Vale-Transporte, o Sr. Paulo César Barroso Vieira, portador do RG nº 9600204252, emitido pela SSP/CE, e inscrito no CPF sob o nº 273.204.053-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante enunciados.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se, o presente contrato, no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, c/c o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8511008-40.2017.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” para utilização no Sistema de Transporte Coletivo Regular da Região Metropolitana de Fortaleza/CE, nos termos da Lei Federal nº 7.418/85 e alterações, Decreto nº 95.247/87 e Decreto Municipal nº 9.142/93.

Cláusula Terceira – Das Responsabilidades das Partes Contratantes

A entrega das primeiras vias dos cartões “Vale-Transporte Eletrônico - VTE – METROPOLITANO” pelo **CONTRATADO** dar-se-á a título gratuito.

Parágrafo Primeiro – Os cartões serão entregues com a formatação e os parâmetros de uso definidos pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Segundo – O **CONTRATANTE** poderá solicitar, mediante solicitação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, o envio de mais cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” os quais necessitar, observados os procedimentos estabelecidos no presente contrato, Anexo e seus respectivos termos aditivos.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Terceiro – Por motivo de segurança, todos os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” solicitados no primeiro pedido pelo **CONTRATANTE**, serão entregues pelo **CONTRATADO**, já carregados, sendo que para esta primeira transação, a carga mínima em cada cartão deverá ser o correspondente a 20 (vinte) unidades tarifárias dentre aquelas pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza (CE).

Parágrafo Quarto – Por motivo de limitação tecnológica e para a segurança dos usuários, os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” possuem um limite de armazenamento de créditos; sendo disponibilizada pelo **CONTRATADO**, mediante solicitação do **CONTRATANTE**, a consulta aos créditos excedentes, que fiquem acumulados no Banco de Dados do VTE, e que poderão ser verificados, mediante acesso ao *site*, através de um *login* e senha específicos.

Parágrafo Quinto – Os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” são de uso pessoal e intransferível, dos servidores e/ou dos empregados públicos do **CONTRATANTE**, sendo que a utilização dos cartões por terceiros acarreta a aplicação das sanções previstas no Art. 7º, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 95.247/1987 e nos Arts. 171 e 299, do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Cláusula Quarta – Do Preço

O valor global do presente contrato está estimado em **R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)**.

Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte dos Recursos os diretamente arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

04200011.02.122.500.21814.1500000.33903900.27000.1.20

04200011 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS -FERMOJU

02 – JUDICIÁRIA

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

500 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU

21814 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-1º GRAU

1500000 – ESTADO DO CEARÁ

33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

27000 – RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

1 – FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA

20 – GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

04200011.02.122.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20

04200011 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - FERMOJU

02 – JUDICIÁRIA

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

500 – PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU

22576 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-2º GRAU

1500000 – ESTADO DO CEARÁ

33903900 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

27000 – RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS

1 – FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA

20 – GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.

Cláusula Sexta – Do Prazo

O presente Contrato terá início na data de 02.01.2018, encerrando-se sua vigência em 31.12.2018, devendo o **CONTRATANTE**, caso não haja edição de novo contrato, proceder à devolução de todos os cartões cedidos, em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo Único – O **CONTRATANTE** se obriga a pagar o valor correspondente a 10 (dez) tarifas praticadas no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE), por cada cartão que deixar de ser devolvido ao **CONTRATADO**.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento pela execução do objeto contratual será feito observando o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, sendo sua venda comprovada mediante recibo sequencialmente numerado, emitido pelo **CONTRATADO**, em duas vias, conforme disposto no Art. 21 do Decreto Federal nº 95.247/87.

Parágrafo Primeiro – O **CONTRATANTE** se compromete a adquirir os vales-transporte sob a forma de créditos eletrônicos junto ao **SINDIÔNIBUS**, a partir da assinatura do presente Contrato, o qual deverá disponibilizar os créditos nos postos de venda credenciados ou na modalidade de recarga a bordo dos ônibus, observados os procedimentos previstos no presente contrato.

Parágrafo Segundo – Na modalidade de recarga a bordo nos ônibus, o **SINDIÔNIBUS** efetivará a carga dos créditos nos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO”, cedidos ao **CONTRATANTE**, após 03 (dias) dias úteis contados da comprovação do efetivo pagamento do pedido, realizado através de depósito na conta corrente nº 12.306-4, Agência 2367 do Banco Bradesco (237) pertencente ao **CONTRATADO** (ou outro estabelecimento indicado pelo **CONTRATADO**), estando a quantia disponível para saque.

Cláusula Oitava – Da Transação e da Transferência de Crédito

O **CONTRATANTE** poderá solicitar por cartão, gratuitamente, 04 (quatro) transações de créditos por mês e 1 (uma) transação de transferência de crédito por trimestre, considerando como início o mês constante na data do “Protocolo de Entrega” dos cartões.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional e mediante prévio acordo entre as partes o **SINDIÔNIBUS** poderá aumentar o número de transações previstas no parágrafo anterior, sendo que para cada transação extra será cobrado o valor correspondente a 1 (uma) tarifa praticada no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE).

Cláusula Nona – Do Prazo de Validade dos Créditos

O prazo de validade dos créditos é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do momento da disponibilização dos créditos nos veículos (recarga a bordo), nos postos de venda localizados



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

nos Terminais de Integração do Sistema de Transporte de Passageiros de Fortaleza ou nos postos de venda credenciados pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro – A partir do 5º (quinto) dia que antecederá ao término da validade dos créditos, prevista no *caput* desta cláusula, será exibida uma mensagem de alerta aos usuários nos validadores localizados no interior dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo Segundo – O usuário poderá realizar a revalidação dos créditos nos 7 (sete) dias corridos posteriores ao término da validade prevista no *caput* desta cláusula.

Cláusula Décima – Da Inatividade do Cartão

Os cartões em poder do **CONTRATANTE** que não forem utilizados por mais de **120 (cento e vinte) dias** serão automaticamente bloqueados, sendo que, para serem reabilitados, far-se-á necessário que o usuário do cartão solicite o desbloqueio através de requerimento formulado em papel timbrado do **CONTRATANTE** e devidamente assinado pelo responsável competente, onde deverão constar os dados do usuário do cartão a ser desbloqueado.

Parágrafo Único – Caso o **CONTRATANTE** não queira reabilitar os cartões bloqueados, deverá devolvê-los ao **CONTRATADO** em perfeito estado de funcionamento, pagará o custo correspondente a até 10 (dez) tarifas praticadas no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE) por cartão não devolvido, que será cobrado após 30 (trintas) dias contados a partir da data do efetivo bloqueio.

Cláusula Décima Primeira – Da Perda, Do Extravio ou Do Roubo do Cartão

Nos casos de perda, extravio ou roubo de qualquer cartão, o **CONTRATANTE** deverá proceder à comunicação ao **CONTRATADO**, através da sua central de atendimento, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 18h, para que seja providenciado o seu bloqueio. Para efetivar a referida operação, será solicitado ao **CONTRATANTE** a confirmação dos dados cadastrais constantes no banco de dados do **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro – O **SINDIÔNIBUS** providenciará o bloqueio do cartão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação prevista no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo – Nos casos previstos no *caput* desta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá transferir os créditos remanescentes para outro cartão mediante solicitação ao **SINDIÔNIBUS**, sendo assim considerados aqueles não utilizados a partir do efetivo bloqueio.

Cláusula Décima Segunda – Da Via Adicional do Cartão

Em até 05 (cinco) dias da assinatura do presente instrumento, o **CONTRATANTE** deverá enviar um documento ao **CONTRATADO** informando a pessoa responsável pelas solicitações das vias adicionais de cartões; bem como da realização do cadastramento dos seus servidores e/ou empregados públicos como usuários e das atualizações cadastrais.

Parágrafo Primeiro – No caso de perda, extravio ou roubo do cartão, deverá ser apresentando o Boletim de Ocorrência Policial, para solicitar a via adicional do cartão, sendo cobrado o



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

valor de até 10 (dez) tarifas correspondentes ao valor praticado no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE), a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Parágrafo Segundo – No caso de danificação do cartão “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO”, por culpa exclusiva do usuário, será cobrado, para solicitar a via adicional do cartão, o valor de até 10 (dez) tarifas correspondentes ao valor praticado no 1º Anel tarifário do Sistema Metropolitano, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Cláusula Décima Terceira – Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo das disposições atinentes ao tema previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive o disposto nos arts. 77 a 80, e alterações, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a ocorrência de:

a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais pactuadas, especificações e prazo estabelecido.

b) Paralisação do Contrato sem justa causa, sem prévia comunicação ou sem autorização do CONTRATANTE.

Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Gerais

Os casos omissos e as alterações decorrentes de deliberações posteriores à celebração deste contrato serão objeto de formalização, mediante a celebração do competente Aditivo, de acordo com as disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

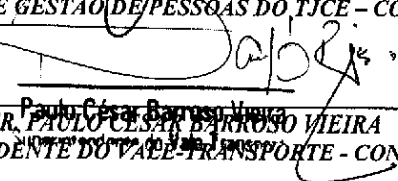
Cláusula Décima Quinta – Do Foro

As partes elegem o foro da Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como competente para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para juntas produzirem um só efeito de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.


Fortaleza, 06 de dezembro de 2017.


DRA. ÂNGELA MARCIA FERNANDES ARAÚJO
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE – CONTRATANTE


SR. PAULO CÉSAR BARROS VIEIRA
SUPERINTENDENTE DO VALE-TRANSPORTE - CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

ANEXO


Camila Felix
Assist. da Secret. Jurídica
SINDY, 11



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Instrumento de Adesão ao
Contrato Padrão de Cessão de Utilização do
Cartão Eletrônico "Vale-transporte Eletrônico – VTE - METROPOLITANO"

CONTRATADO:		
Nome: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ Representante Legal: Superintendente do Vale-transporte	CNPJ: 07.341.423/0001-14	
Endereço: AV. BORGES DE MELO, 60	Bairro: AEROLÂNDIA CEP: 60415-510	Cidade: FORTALEZA – CE

CONTRATANTE:		
Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	CNPJ nº 09.444.530/0001-01	
Fone: 3207-7000	e-mail:	
Representante Legal: Dra Ângela Márcia Fernandes Araújo		
Código:	I.E.	I.M:
Endereço: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambeba		
Bairro: Cambeba	Cidade: Fortaleza	CEP: 60.839-900

P R E Â M B U L O

Cartões Vale-Transporte Eletrônico – VTE METROPOLITANO cedidos (a ser preenchido pelo CONTRATADO de acordo com o arquivo de cadastro enviado pelo CONTRATANTE)	
Quantidade:	(numeração dos cartões conforme Protocolo de Entrega e usuários cadastrados)

Fortaleza, 06 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Paulo César Barros Vieira
Superintendente do Vale Tran

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____